



# Medievalis

v. 7, n. 1 (2018)

## A construção e mobilização do imaginário normando na *Historia Anglorum* de Henry de Huntingdon (c. 1139)

| 1

Paulo Christian Martins Marques da Cruz<sup>1</sup>

**Resumo:** Diante do novo leque de possibilidades trazido pela linha da nova história cultural, as questões relativas às relações entre imaginário e política têm sido propostas para temas estritamente ligados a outras dimensões historiográficas, como a história militar. Diante dessa constatação nos propomos a trabalhar com a Conquista Normanda da Inglaterra e a Batalha de Hastings, clímax desse processo, e igualmente com os principais agentes sociais que colaboraram para a construção desse evento enquanto notório objeto historiográfico. Assim, objetivamos a partir dos escritos de Henry de Huntingdon, importante historiador inglês do século XII, observar como este colaborou para a construção e mobilização de um imaginário entorno do povo normando a partir da seleção de determinados temas em sua *Historia Anglorum* (c.1139). Acreditamos que a escolha de determinados temas sensíveis em momentos de tamanha como a Batalha e a Conquista, podem representar evidências meritórias sobre formas de pensar do período, como as estratégias adotadas a fim de que o poder régio normando fosse legitimado e, finalmente, de que o povo normando, em vias de desaparecimento no século XII, tivesse sua identidade demarcada.

**Palavras-chave:** Imaginário; *Historia Anglorum*; Henry de Huntingdon

**Abstract:** Given the new range of possibilities brought by the line of the new cultural history, questions concerning the relationship between imaginary and politics have been proposed to strictly related topics to other historiographical dimensions, such as military history. Based on this observation we propose to work with the Norman Conquest of England and the Battle of Hastings, the climax of this process, and also with key social actors who contributed to the construction of this event as notorious historiographical object. Thus, we aimed from the writings of Henry of Huntingdon, important English historian of the twelfth century; observe how this contributed to the construction and mobilization of an imaginary surrounding Norman people from the selection of certain themes in his *Historia Anglorum* (c.1139). We believe that the choice of certain sensitive subjects in moments such as the Battle and Conquest may represent meritorious evidence on ways of thinking of the period, as the strategies adopted so that the Norman royal power was legitimized and finally that Norman people, disappearing in the twelfth century, had his identity demarcated.

**Keywords:** Imaginary; *Historia Anglorum*; Henry de Huntingdon

<sup>1</sup> Mestrando em História e Historiografia pela UNIFESP. É membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEME/UNIFESP) e do Grupo de Estudos sobre a Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte na Antiguidade e Medieval (Insulæ - UPE).

<http://lattes.cnpq.br/9171176241213742>

E-mail: [paulo.mmcl@gmail.com](mailto:paulo.mmcl@gmail.com)





## Introdução

A Batalha de Hastings, ocorrida em 14 de Outubro de 1066 é o clímax do processo conhecido pela historiografia como Conquista Normanda da Inglaterra. Tal litígio político envolveu o então duque da Normandia William II e o último rei anglo-saxão da Inglaterra, Harold II Godwinson. Esse confronto bélico, assim como a Conquista são considerados marcos geopolíticos no Ocidente medieval, representando transformações linguísticas, religiosas e sociais em ambos os territórios.

Para além do intrincado processo de assentamento político da nova dinastia normanda dos reis ingleses (1066-1135), encontra-se o importante processo de legitimação desta dinastia e da criação de um imaginário em torno da *gens normannorum* e do poder régio. Nesse sentido, a Conquista representou um direto e profundo impacto sobre a produção historiográfica do período, onde podemos identificar ao menos três gerações de narrativas em torno desse processo. A partir da construção de narrativas monásticas normandas, de cunho claramente laudatório em relação ao novo duque-rei normando, a historiografia observa um lento e ambíguo ressurgimento das narrativas inglesas, para finalmente encontrarem um surto historiográfico sobre o governo de Henrique I (1100-1135), as então narrativas anglo-normandas, construídas sob uma síntese cultural bastante interessante.

Acreditamos, pois, que todas as narrativas sobre estes eventos colaboram para a construção de um imaginário não somente em torno da Conquista, mas dos normandos, uma vez que o imaginário social torna-se inteligível e comunicável por meio da construção de “discursos”, nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. Sendo assim, pretendemos aqui selecionar enquanto documento que embasa essa constatação o cronista anglo-normando Henry de Huntingdon (c.1080-1160) e sua obra *Historia Anglorum* (c.1139). A partir disso, propomos analisar como se manifestou o imaginário do povo normando nessa narrativa. Para isso, procuraremos observar com cautela os temas escolhidos pelo autor no momento do relato de um momento tão crítico. Como suporte a esta abordagem, trabalharemos, sobretudo com os pressupostos de Bronislaw BACZKO quanto a uma imaginação social, já que

Com efeito, é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, ou melhor, para ser mais exato, o problema da legitimação do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e





inventar a legitimidade que atribui ao poder. Por outras palavras, o poder tem necessariamente de enfrentar o seu arbitrário e controlá-lo reivindicando uma legitimidade (BACZKO, 1985: 310).

Será igualmente importante traçar paralelos pontuais com outras fontes, produzidas por historiadores do período (sec. XI-XII) e que igualmente debruçaram-se sobre o tema, uma vez que tal iniciativa colabora para localizar nosso autor partindo de suas especificidades, carências e tensões.

É interessante notarmos que os estudos acerca dos normandos na historiografia medieval brasileira têm sido eclipsada por outros temas, em especial os voltados para o universo das monarquias francesas e inglesas, com eventuais trabalhos sobre os Reinos Ibéricos. Assim, mesmo os trabalhos que se dedicam a trabalhar na interface entre política e cultura entre os normandos, não tendem a ter como objeto o trato com o imaginário desse povo, presente nas narrativas da época.

Mesmo nos trabalhos da historiografia inglesa, como os de Marjorie Chibnall (1984, 2000), notória normanista, carecem de apontamento em relação aos aspectos de construção ou mobilização de um imaginário normando. Para além disso, localizamos o pequeno e solitário trabalho de Ralph Henry Carless David intitulado “*The Norman Myth*”, e datado de 1976. Localizamos esse movimento, com base em Peter Burke (2004: 7-12), não apenas alocando-o na chamada virada linguística e seu impacto na escrita da história, mas no próprio surgimento da História Cultural enquanto campo historiográfico, esforço, no entanto, bastante tímido até então. Atualmente, o imaginário como parte constituinte da *mentalité*, tem sido cada vez mais alvo de pesquisas, devido, sobretudo ao benéfico impacto das propostas e críticas incisivas feitas por Michel Foucault e reconhecidas por historiadores do campo como Roger Chartier e Jacques Revel (HUNT, 2004: 9-11). Nesse sentido:

Está na moda associar a imaginação e a política, o imaginário e o social. Estas associações e os problemas que elas produzem tem feito uma carreira rápida e brilhante, quer nos discursos políticos e ideológicos, quer nos das ciências humanas (BACZKO, 1985: 296).

### **Os normandos no campo de batalha**

Henry de Huntingdon era arqui-diácono de Huntingdon, e tinha estrita relação com Alexandre de Blois, bispo de Lincoln e escolha pessoal do rei normando Henrique I.





Com o propósito audacioso de escrever uma História da Inglaterra, a partir da invasão de Júlio César em 55 a.C e 54 a.C, até a coroação de Henrique II em 1154, o eclesiástico parece ter dado especial atenção à Conquista Normanda e a Batalha de Hastings. (KERSKEN, 2003: 184). É bastante claro em sua escrita uma racionalização teológica da realidade histórica da Bretanha, onde as sucessivas invasões e conquistas sofridas pela ilha representariam senão a vontade divina e uma punição por conta dos pecados dos ilhéus (KERSKEN, 2003).

Como no caso de outros cronistas envolvidos com a escrita da Conquista como William de Jumièges (c.1070), William de Poitiers (c.1071) e Orderico Vitalis (c. 1131)<sup>2</sup>, a prática de se encomendar narrativas em primeiro lugar de cunho laudatório ao poder local ou região era característica do período, além de colaborar como instrumento didático a outras gerações de monges e, segundo Huntingdon “dar sentido a nossa existência e louvar ao Criador” (HUNTINGDON, 1853: 27). Com base nessa operação historiográfica, a primeira tensão observada diz respeito a necessidade do monge historiador narrar a performática da guerra, da batalha, do líder militar.

Os normandos são um povo híbrido, uma síntese cultural de rápida assimilação entre vikings e francos, onde o dinamismo guerreiro e aventureiro dos primeiros parece ter sobrevivido a este processo cultural (DAVIS, 1976: 26-27). Com base na história, observamos a partir do século XI em muitas campanhas dos reis francos em diferentes regiões do reino, como na Borgonha e Bretanha, a presença se não do duque normando, a presença de guerreiros advindos dessa região. Já ao narrar Hastings, Henry de Huntingdon parece trazer para sua escrita tal sentido guerreiro impetuoso.

Ao tratar sobre os prolegômenos da Batalha, Henry de Huntingdon centra a narrativa a partir de um discurso de William II da Normandia. A recorrência da prática de dotar a narrativa da Batalha com discursos remete a *Gesta Willelm ducis normannorum et Regis anglorum* (c.1071) de William de Poitiers, outro cronista bastante utilizado por Henry. William II é peça central em ambas as narrativas e não poderia deixar de ser nesse contexto, uma vez que “os atores políticos, em especial os “chefes” são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada” (BACZKO, 1985: 296). Ainda, com base na proposta de analisar o conceito de coragem para os normandos durante as batalhas, John Bliese (1995: 1-3) diz que os discursos de batalha contêm as estratégias persuasivas empregadas pelo autor, que apesar de ficcionais, podem nos ajudar a compreender muitos aspectos dos modos de

---

<sup>2</sup> Indicamos entre parênteses a data aproximada de término das obras citadas.





pensar e agir dessa sociedade. No mesmo movimento, Giovanni Levi (1996: 167-172) nos diz que relatos biográficos, como os de Henry de Huntingdon podem demonstrar evidências que nos ajudam a compreender a relação de definição entre o biografado e o meio social em que ele se insere, onde o contexto enquanto gerador de desvios e singularidades ganha grande importância. Igualmente, a ideia de localizar na narrativa a proeminência dos atos do duque, aproxima a narrativa de uma biografia modal, como veremos, onde o duque representaria diversas dimensões da sociedade normanda a partir de suas qualidades guerreiras, para além de ser um modelo de príncipe sábio, justo e corajoso.

Assim William II procede em sua arenga com uma exortação do povo normando, evidenciando sua excelência no campo de batalha e seus aspectos morais laudatórios:

Ah! Let any one of the English whom our predecessors, both Danes and Norwegians, have defeated in a hundred battles, come forth and show that the race of Rollo<sup>3</sup> ever suffered a defeat from his time until now, and I will submit and retreat. (HUNTINGDON, 1853: 210)

Se por um lado os normandos – canalizados na figura de William II – são nesse momento bastante conscientes de seu poder militar, conectando isso a um espírito de luta (DAVIS, 1976: 31-32), logo nos parece plausível pensar que

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e suas posições sociais; exprime a impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985: 309).

Logo, para Cassandra Potts (1997: 21), narrativas monásticas como as de Henry de Huntingdon vem para mobilizar um imaginário e identidade solidamente construídos a partir do século XI sobre os normandos, tendo o virtuosismo bélico como motor desse imaginário. Tal imaginário teria como pedra fundadora a narrativa de Dudon de Saint-Quentin, capelão do duque Ricardo I. Segundo Marjorie Chibnall ao analisar os escritos de Dudon de Saint-Quentin, haveria duas interpretações para o surgimento dos

---

<sup>3</sup> Rollo da Normandia (c. 860-932) foi o líder da expedição viking que assentou-se na Normandia por meio do Tratado de Saint-Clair-Sur-Epte selado como rei franco Carlos III, o Simples, em 911. Segundo o tratado Rollo receberia as regiões ao redor de Rouen até a foz do Sena, além de casar-se com Gisla, princesa do reino e ter a responsabilidade de converter seu povo e a si mesmo ao cristianismo. No entanto, o título de duque da Normandia foi primeiramente observado na documentação sobre seu neto, Ricardo I, o Destemido (933-996).





normandos enquanto povo. Em um primeiro momento, Rollo teria tido uma visão durante uma viagem para dirigir-se a um monte no norte da França, onde muitos pássaros faziam seus ninhos e a lepra de Rollo podia ser curada. Em outro relato, Rollo seria descendente de um grupo de troianos liderados por um homem chamado *Antenor*, que após séculos de travessia, aportaram na região da Normandia (CHIBNALL, 1999: 127). Em ambos os casos, observa-se a premissa de que os normandos são a síntese cultural de um grande caudilho de raças, em especial bretões, francos, vikings, flamengos, etc. (RENAUD, 2011: 453-458), onde são evidenciadas as contribuições para a formação de um povo único, capaz de feitos sagazes e heróicos.

Diferentemente, no entanto, da narrativa de Dudon, que tinha como enfoque principal a construção da identidade normanda por meio de um mito e em oposição aos reis francos no início do século XI, a *Historia Anglorum* vem num momento crítico de absorção dos normandos pelos ingleses nas décadas subsequentes à Conquista. Assim, a manutenção da identidade normanda a partir da evidência de suas características mentalmente construídas garantiria não só sua existência como sua coesão.

Ainda que procuremos diferenciar em certa medida as tradições historiográficas sobre a Conquista nos séculos XI e XII, há continuidades sensíveis a narrativa de Henry de Huntingdon em relação ao século XI. Evidenciar as proezas militares dos normandos por meio da memória que se opõe aos reis francos parece ser uma constante, uma vez que segundo Michael Pollak (1989: 2) são nos momentos de crise e rupturas que há uma emergência da memória, em especial as lembranças que melhor garantem a coesão do grupo. Assim, a opção de nosso autor na escolha deste tipo temática relacionada à memória é sintomática enquanto estratégica narrativa e mostra-se sensível como imaginário. Exemplifiquemos esse raciocínio com a seguinte passagem:

But why do I go back to former times? When you, in our own time, engaged the French at Montemer, did not the French prefer flight to battle, and use their spurs instead of their swords; while Ralph – the French commander – being slain, you reaped the fruits of victory, the honour and the spoil, as natural results of your wonted success? (HUNTINGDON: 201)

Segundo o cronista e seu discurso ficcional, William estaria direcionando-se a guerreiros experientes, e que estariam presentes na Batalha de Mortemer, ocasionada pela tentativa de invasão da Normandia pelo rei Henry I da França. Além de o passado ser caro aos medievais por representar o tempo da comunhão com o sagrado, aqui a ideia da





vitória sobre o suserano e o acesso aos espólios da batalha parecem emancipar os normandos e motivá-los para este novo combate. Afinal

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade ação das forças em presença? (BACZKO, 1985: 298)

| 7

No mesmo sentido e ainda em oposição à monarquia franca, o cronista completa sua narrativa sobre a Batalha e discurso do rei William, procurando localizar o poder do rei franco no mesmo nível do poder exercido pelos duques normandos, ou mesmo abaixo deste:

Did not your fathers take prisoner the king of the French, and detain him at Rouen till he restored the Normandy to your duke Richard, then a boy; with this stipulation, that in every conference between the King of France and the Duke of Normandy, the duke should have his *sword by his side*, while the king should not be allowed so much as a dagger? (HUNTINGDON, 1853: 210-211)

Aqui chama a atenção à simbologia despendida para os armamentos, a espada e a adaga. O poder régio que se relaciona com as armas cavaleirescas, em especial a espada, diz respeito, segundo Dominique Barthélemy (2010: 239-240), ao desenvolvendo não apenas das práticas e sacralização da cavalaria – onde a Normandia ocupa lugar de destaque no cenário do medievo europeu – mas igualmente o desenvolvimento de uma moral cristã no cavaleiro que é investido – ou adubado como prefere Barthélemy. Assim, a ideia do rei franco desprovido de sua espada diante do duque normando, que possui uma, o coloca em posição de inferioridade, mesmo diante, insistimos, de sua posição na hierarquia feudal. Isso é demonstrado segundo o autor pela capacidade dos duques normandos de manterem em cárcere o rei franco, até que seu território seja restituído, em uma específica querela com o duque Ricardo I.

Em outra passagem, a ideia de que “o duque William avançou sobre as hostes inglesas com cinco esquadrões de sua mais bela cavalaria”, nos dá novamente uma evidencia sobre a relação desse povo para com os cavaleiros. Sendo a principal e onerosa parte do exército normando, estes se mostram orgulhosos da posse e uso dos cavalos enquanto instrumento de projeção de seu poder no campo de batalha. A partir de uma lembrança pictórica, lembramos a proeminência da Tapeçaria de Bayeux, onde mais de 100 cavalos são bordados em detalhes e a cavalaria normanda é representada na grande maioria dos casos como densamente armada e protegida e em movimentos de cargas





irresistíveis. Assim, acreditamos que Henry de Huntingdon, como outros cronistas, se insere nesse mesmo modo de pensar que, novamente, nos convidam a observar o processo de desenvolvimento da cavalaria enquanto grupo social.

Finalmente e ainda em termos bélicos, na narrativa manifesta-se o ato dos normandos praticarem estratégias específicas da cavalaria. Diante da linha cerrada e defensiva dos anglo-saxões, os normandos utilizam-se, segundo o autor, de falsa fuga, forçando o exército saxônico a deixar sua posição, tornando-se assim exposto.

Duke William, therefore, commanded his troops to make a feigned retreat. In their flight they happened unawares on a deep trench, which was treacherously covered, into which numbers fell and perished. [...] While the English were engaged in pursuit the main body of the Normans broke the centre of the enemy's line, which being perceived by those in pursuit over the concealed trench, when they were consequently recalled most of them fell there. (HUNTINGDON, 1853: 212)

Assim, manifesta-se em oposição ao rei o imaginário dos normandos enquanto povo naturalmente belicoso, cuja excelência no combate, segundo o cronista, teve a capacidade de eclipsar o poder régio e destacar um novo, exercido por William e seu virtuosismo militar. Por outro lado, processos de construção de legitimidade por meio de um imaginário pressupõem a igual desconstrução de outras legitimidades ou mesmo criação de elementos antagônicos. Na narrativa de Henry de Huntingdon observamos que essa premissa manifesta-se não apenas em relação ao rei franco, que surge como elemento de motivação ao ímpeto guerreiro dos normandos. Para além do rei franco, o rei Harold II Godwinson e a população anglo-saxônica são igualmente alvo do autor.

### **Harold II Godwinson e os anglo-saxões**

Com instituições consideradas distantes culturalmente das existentes no continente no geral de matriz franca, a Inglaterra anglo-saxônica (sec. V-1066) caracterizou-se como uma nação belicosa, rica e barbaresca no imaginário monástico normando. Forjada em seus primeiros séculos com base em uma série de conflitos internos entre reinos germânicos, o reino se assentou entre os séculos X e XI como uma das monarquias politicamente mais sólidas da Europa. Seu isolamento geográfico, mas também cultural, não escamoteava determinadas relações com a Escandinávia e mesmo com o ducado da Normandia. Acordos comerciais e políticos estimularam uma relação







que se baseava, sobretudo, em um imaginário comum quanto à origem de anglo-saxões e normandos (YORKE, 2002: 131).

No geral os cronistas - e Henry de Huntingdon não é exceção – pintam com cores vivas tal relação, que apresenta uma virada brusca diante da crise sucessória de 1066. Segundo a historiografia vitoriosa e consequentemente paradigmática, William II teria direito ao trono porquanto de uma promessa feita por seu primo, Eduardo, o Confessor, então futuro rei da Inglaterra durante seu exílio na Normandia. Com a morte de Eduardo, em Janeiro de 1066, um conselho de nobres e clérigos do reino denominado *Wittangemot* escolhe Harold Godwinson, Earl de Wessex e poderoso nobre do rei para o lugar de Eduardo. Segundo a mesma tradição cronista, Harold teria ignorado um juramento feito a William durante uma visita a Normandia, cuja missão seria reforçar a promessa de Eduardo e prometer a William que igualmente o apoiaria em suas pretensões ao trono.

A lembrança de tal questão política é trabalhada durante a narrativa da Batalha de Hastings pelo autor. Aqui há uma dupla ruptura: jurídica, baseada na quebra do juramento e moral, uma vez que Harold comete perjúrio. Tanto Harold II quanto William estão presentes no campo de batalha, e a presença do rei anglo-saxônico no discurso ficcional de William elaborado por Henry de Huntingdon chama a atenção:

It is not a shame that this King Harold, perjured as he was in your presence, should dare to show his face to you? It is a wonder to me that you have been allowed to see those who by a terrible crime beheaded your relations and Alfred, my kinsman, and that their own accursed heads are still on their shoulders. (HUNTINGDON, 1853: 211)

Novamente, assim como em outros cronistas, notadamente William de Poitiers e William de Jumièges, o duque representa a verdade que se contrapõem a mentira personificada por Harold. Além disso, William lembraria seus homens de que Harold é considerado um assassino, por matar seu primo Alfred, motivado por disputas políticas em Wessex. Se aqui Harold representa um rei indigno de portar a coroa inglesa, o povo anglo-saxão é tratado de forma igualmente pejorativa. O cunho barbaresco das práticas e seus sucessivos insucessos militares frente a outras invasões são lembrados igualmente pelo cronista:

It is not shameful, then, that a people accustomed to be conquered, a people ignorant of the art of war, a people not even in possession of arrows, should make a show of being arrayed in order of battle against you, most valiant? (HUNTINGDON, 1853: 211)





Como procuramos situar, aqui observamos novamente a racionalização teológica da realidade do processo histórico da Inglaterra por parte do autor, em que o hábito da conquista diz se não respeito às sucessivas conquistas e ocupações desta ilha por diferentes povos. Mesmo em uma posição privilegiada no alto de uma colina, o exército de Harold não dispunha de cavaleiros ou arqueiros, limitando-se a um conjunto de cerradas linhas de infantaria, com o objetivo central de barrar o avanço normando a Londres, até que reforços alcançassem o local (DOUGLAS, 1977: 200-201). Paradoxalmente nas páginas anteriores ao relato de Hastings, encontra-se a narrativa sobre a Batalha de Stamford-Bridge, ocorrida uma semana antes, na qual o exército liderado por Harold conseguiu uma vitória total sobre um exército viking invasor, capitaneado por Harald Hardrada, rei da Noruega. No mesmo relato a excelência dos estratégias de Harold é lembrada pelo cronista (HUNTINGDON, 1853: 208-209). Há se não uma mudança brusca na orientação da escrita das narrativas, que denuncia sua relação com o poder a partir de seu lugar social de produção e organização desse discurso.

Logo, encaramos a escrita da história e a sucessiva criação de um imaginário por meio deste como um campo de disputas, onde construções e desconstruções estão no centro do interesse historiográfico. Dessa forma

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (BACZKO, 1986: 300).

Vale lembrar que na geração de narrativas anterior a *Historia Anglorum*, exemplificada por William de Malmesbury (c. 1125) e John de Worcester (c. 1113), há uma tentativa bastante sintomática de desconstruir a imagem dos invasores e traçar uma visão mais branda sobre Harold, dotando-o inclusive de justiça, segundo William de Malmesbury. No entanto, como procuramos demonstrar, parte da motivação para a criação da narrativa de Henry de Huntingdon é a manutenção de uma estabilidade, a coesão de uma determinada gens que esta em processo de desaparecimento. Logo, o contato entre a Normandia e a Inglaterra anglo-saxônica por meio da Conquista levou à absorção e adoção de uma série de elementos dos conquistados por parte dos conquistadores. A necessidade da manutenção, então, de um imaginário em relação a si mesmo e ao outro parece caro diante do balanço feito por Davis:





When the stage had been reached, all notions of a real distinction between Norman and English had vanished, because the norman had projected themselves in to the past and identified themselves with the pre-norman history of England. Both imaginatively and materially that history was very much richer than the pre-Norman history of Normandy and it already had a copious literature. The normans adopted it as the history of the land, and made the land their own by covering it with their palaces and castles, their cathedrals, and abbeys, their parish churches and their ancestral tombs, so that every town and village took on a new appearance and proclaimed their lordship. They belonged to England as much as England belonged to them (DAVIS, 1976: 131).

Não se trata aqui de compreender um determinado processo histórico e de formação de imaginário enquanto detentor de determinadas qualidades que o destacam, e assim justificam sua sobrevivência ou não no curso do tempo. Somos levados a encarar o fato de que a Inglaterra anglo-saxônica, apesar de conquistada, mostrou-se resistente no curso do processo histórico enquanto identidade - fruto de uma literatura bastante desenvolvida (MORRIS, 2013: 12-15). Dessa maneira, procuramos compreender o ato de Henry de Huntingdon enquanto a direta tentativa de dotar de sobrevida um imaginário normando, que é mobilizado pela narrativa a partir da negação e desconstrução, nesse caso, do outro anglo-saxão.

A partir desse processo, tratamos aqui da questão identitária. Em primeiro lugar, segundo Maria Lígia Prado (2009: 583-585), a determinação de uma identidade pressupõe a existência de uma alteridade, ou seja, a necessidade da negação daquilo que não se quer ser, um modelo ao qual se nega. Igualmente, é importante insistir e frisar que a construção ou mobilização do imaginário, e sua relação a identidade, possui sempre caráter político enquanto instrumento de manutenção de determinada hegemonia ou diversos outros usos, como a citada necessidade de sobrevivência, como propomos. Finalmente, o forte caráter identitário trazido pela narrativa de Henry de Huntingdon tem como igual característica o de escamotear o conjunto de violências intrínsecas a processos de conquista e assimilação, além de procurar dotar a gens normannorum e seu duque conquistador de ares de justiça, reforçando assim a condição imaginária pré-existente, elaborada no início do século XI por Dudon.





## Considerações finais

A partir da observação da narrativa sobre a Batalha de Hastings e a Conquista Normanda, contidas na *Historia Anglorum* de Henry de Huntingdon, detectamos um duplo movimento de construção e mobilização do imaginário normando.

Em primeiro lugar, boa parte da narrativa é permeada por uma arenga de batalha ficcional, proferida então pelo duque William da Normandia perante a hoste normanda. Com base nesse discurso, as temáticas escolhidas pelo autor são apresentadas ao leitor por meio de lembranças e reafirmações das características laudatórias tanto dos duques normandos quanto da *gens normannorum*. Na narrativa, a arenga enquanto estratégia discursiva – e persuasiva – mostrou-se alinhada com uma tradição historiográfica normanda e capaz de evidenciar noções sobre o presente e passado caras aos normandos.

Assim, momentos de tensão como a batalha, levaram o cronista a optar por lembranças de glórias militares anteriores sobre os normandos. A partir disso, como temática central, o discurso de William se remete aos reis francos desde o tempo de Rollo, no limitar do século XI. Para além de vitórias anteriores dos normandos sobre estes, como na Batalha de Mortemer (1054), o poder exercido pelos duques normandos é não apenas contraposto por aquele dos reis francos, mas colocado em muitos momentos, a partir de lembranças, em patamar de superioridade. Nesse sentido, acreditamos que a narrativa de Henry de Huntingdon colaborou para construir o imaginário sobre os normandos com o uso de temáticas não antes exploradas por outros cronistas. Não observamos em outros autores, em especial em William de Poitiers (c.1071) que faz igualmente uso do recurso da arenga de batalha, o apelo a temáticas que fizessem referência ao poder dos duques normandos em oposição aos reis francos.

Por outro lado, há marcadamente a recorrência de temas já trabalhados em outros cronistas e que permeavam o imaginário sobre os normandos, notadamente a excelência de suas características bélicas. Aqui, novamente, a figura de William da Normandia recebe destaque como catalisador de tal ímpeto guerreiro meritório. É William que além de proferir a arenga, coordena com voz e gestos sua hoste contra o inimigo, organizando falsas fugas e outros estratagemas considerados pelo autor irresistíveis. Acreditamos que William é aproximado de modelos heróicos e morais contidos nas escrituras sagradas e destacadas pelo autor em seu prefácio. Força, sabedoria e justiça são temas caros ao autor e localizados a partir de personagens bíblicos, como Moisés, Abraão e José. No mesmo movimento, os antônimos morais são igualmente destacados pelo autor em figuras cristãs





a partir da negação do uso da literatura clássica como moralmente útil (HUNTINGDON, 1853: 26).

A partir do forte caráter identitário contido no imaginário demonstrado por Henry de Huntingdon, a questão do outro anglo-saxônico é destacado pelo autor em oposição aos normandos. Momentos de crise gerariam a necessidade da elaboração de imaginários sociais sobre uma coletividade que se pautam na auteridade do outro (BACZKO, 1986: 310), no caso os anglo-saxões e seu rei. Trabalhando na chave de “um líder e um povo”, o autor discorre sobre Harold II Godwinson como a personificação da vergonha e do perjúrio, construção essa que se mostra antagônica em relação às cores despendidas ao caracterizar o duque normando, que ganha traços de modelo de príncipe cristão.

Finalmente, a partir do movimento de construção e desconstrução conferidos a William e Harold, a manutenção da identidade normanda por meio do imaginário é feita com base na deslegitimação dos anglo-saxões a partir de critérios morais e bélicos importantes a sociedade do Ocidente Medieval. Assim, entendemos que a necessidade deste monge proceder, no interior da narrativa dessa batalha, com uma descrição pejorativa do povo a ser conquistado, a nosso ver denuncia que os imaginários sociais nesse momento de absorção dos normandos pelos anglo-saxões são, sobretudo, um campo de disputas. Logo,

Estes conflitos só são “imaginários” no sentido em que tem por objeto o “imaginário social”, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário coletivo, e que exigem a elaboração de estratégias adaptadas a modalidades específicas desse conflito (BACZKO, 1986: 310).

Partindo da ideia de que os elementos simbólicos produzidos pelas sociedades não são ilimitados e que a partir disso, determinada legitimidade do poder é um bem particularmente raro, o autor usa-se de estratégias articuladas às modalidades específicas no momento da Conquista e do presente momento do século XII. A recuperação do ímpeto guerreiro e tecnológico dos normandos por parte do autor no relato da batalha, nos parece atender as necessidades mentais das décadas posteriores, estando esses acompanhados de uma moralização datada na escrita. A ruptura com os modelos clássicos abre caminho para a hegemonia da aplicação única dos referenciais cristãos como forma de inteligibilidade do real. Henry de Huntingdon e sua *Historia Anglorum* não foram suficientes, em um universo de circulação restrito, de garantir a sobrevivência dos normandos enquanto identidade, mas acreditamos que a notoriedade de seu discurso, a





partir das estratégias optadas, fortaleceu um imaginário normando enquanto modelo moral e bélico para as gerações posteriores.

## Referências

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: LEACH, Edmund *et Alii*. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.296-337.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas-SP: Unicamp, 2012.

BLIESE, John R. E. The Courage of the Normans – A Comparative Study of Battle Rhetoric. In: **Nottingham Medieval Studies**. Vol. 35. 1995.

BURKE, Peter. **O que é histórica cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHIBNALL, Marjorie. **The Normans**. Victoria: Blackwell, 2000;

\_\_\_\_\_. **The Debate on the Norman Conquest**. Manchester: Manchester University Press, 1999;

\_\_\_\_\_. **The World of Orderic Vitalis**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

DAVIS, R. H. C. **The Norman Myth**. London: Thames and Hudson, 1976.

DOUGLAS, David. **William the Conqueror – The norman impact upon England**. London: Eyre Methuen, 1977.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUNTINGDON, Henry of. **Historia Anglorum**. Trad. Thomas Forester. London: Woodfall and Kinder, 1853.

KERSKEN, Norbert. High and late medieval national historiography. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf Deliyannis. **Historiography in the Middle Ages**. Indiana: Indiana University, 2003, p.181-189





LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

MALMESBURY, William of. **William's of Malmesbury chronicle of the kings of England: from the earliest periodo to the reign of King Stephen**. In: Classic Reprint Series. London: Forgotten Books, 2012.

MORRIS, Marc. 1066: The limits of our Knowledge. **The Historian**. N°117, 2013, London: The Historical Association, Disponível em: < [https://issuu.com/histnovel/docs/historian\\_117\\_/1](https://issuu.com/histnovel/docs/historian_117_/1) > Acessado em: a 24 de Setembro de 2016.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n° 3, 1989, p.3-15.

POTTS, Cassandra. Monasticism and the Norman Rulers. In: \_\_\_\_\_. **Studies in History of Medieval Religion**. London: Boydell & Brewer, 1997, p.13-36.

PRADO, Maria L. C. Identidades latinoamericanas (1870-1930). In: MORA, Enrique A. (diretor); CARBÓ, Eduardo, P. (Codirector/Org.). **Historia General de América Latina**. Paris: Ediciones UNESCO / Editorial Trotta, 2009, p. 583-615.

RENAULD, Jean. The Duchy of Normandy. BRINK, Stephen, PRICE, Neil. **The Viking World**. London: Routledge, 2011, p.453-458.

VAN HOUTS, Elisabeth. Historical Writing. In: \_\_\_\_\_. HARPER-HILL, Christopher. **A Companion to the Anglo-Norman World**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003, p.103-121.

WORCESTER, John of. **Historia Regum Anglorum**. Vol. II: The Annals from 450 to 1066. In: Oxford Medieval Texts. Trad. Jennifer Bray. London: Clarendon Press, 1995.  
YORKE, Barbara. **The Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England**. London: Routledge, 2002.

